

Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa

Dossiê do Arquivo Público Mineiro

Belo Horizonte / outubro / 2001

Sumário

Matéria	Pág.
Nota Introdutória	05
Legislação	07
Diretores	13
Dados Biográficos	15
Publicações da Instituição	43
Matérias publicadas sobre a Instituição	49
Fontes de Referência	53
Anexo	57

Nota introdutória

Convivendo diariamente, na Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa, com a busca de informações a respeito do Arquivo Público Mineiro e, considerando que esta é a Casa, onde fundamentalmente, se preserva a memória administrativa do Estado, julguei pertinente reunir neste dossiê, alguns dados referenciais sobre a Instituição.

Comecei, pesquisando e reunindo toda a sua legislação, considerando, que é a partir dela que se conhecem as competências e, conseqüentemente, a sua trajetória histórica.

Além dessa legislação, procurei também captar atividades e movimentos que vieram se desenrolando ao longo de sua existência, o que foi possível quando pesquisei sobre seus ex-diretores.

Ao relacionar os ex-diretores e identificar seus períodos de permanência, levantei suas biografias. Além de mostrar a formação e trajetória profissional, procurei apontar a atuação de cada um dentro do Arquivo. Aliás, este último aspecto, ficou a desejar por falta de registros. Acredito, inclusive, estar cometendo injustiças, porém quero deixar claro que o foi por falta de dados ou informações que me instrumentassem. Esta lacuna, fica em aberto para ser complementada em outro momento.

Complementarmente, procurei relacionar as matérias publicadas, que retratam sua história inicial, bem como, os números já publicados da sua tradicional Revista e das demais publicações que tiveram início, respectivamente, em 1896 e 1966.

Na expectativa de mais uma vez ter atendido, em parte, a um dos objetivos desta Diretoria, espero que este trabalho venha servir de norteador para a recomposição e reorganização do arquivo do Arquivo Público Mineiro.

Quero registrar ainda o meu agradecimento a Maria José Timburibá, Ana Maria Torres e Sônia Maria Gonçalves, peças chaves na execução deste trabalho.

Belo Horizonte / outubro / 2001
Alda Maria Palhares Campolina
Diretoria de Acesso à Informação e Pesquisa

Legislação referente à criação, subordinação, estrutura organizacional do Arquivo Público Mineiro e do Conselho Estadual de Arquivos - CEA

- 1- Lei nº 126, de 11 de julho de 1895
Cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada “Arquivo Público Mineiro”
- 2 - Decreto nº 860, de 19 de setembro de 1895
Promulga o regulamento do Arquivo Público Mineiro
- 3 - Regulamento a que se refere o Decreto nº 860
- 4 - Decreto nº 1.421, de 20 de outubro de 1900
Cria uma seção de estatística na Secretaria do Interior
- 5 - Decreto nº 1.443, de 07 de janeiro de 1901
Regulamenta o serviço de estatística do Estado
- 6 - Regulamento a que se refere o Decreto nº 1443, desta data
- 7 - Lei nº 318, de 16 de setembro de 1901
Reorganiza diversos ramos do serviço público do Estado
- 8 - Decreto nº 1.479, de 21 de outubro de 1901
Põe em execução a lei nº 318, de 16 de setembro do corrente ano, na parte referente à Secretaria do Interior
- 9 - Decreto nº 1.527, de 12 de julho de 1902
Aprova o aditamento feito ao regulamento da Secretaria do Interior, Para execução da Lei Mineira nº 318, de 16 de setembro de 1901, na parte referente à mesma repartição
- 10 - Lei nº 470, de 14 de setembro de 1907
Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1908
- 11- Lei nº 486, de 12 de setembro de 1908
Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1909
- 12 - Decreto nº 2.492, de 30 de março de 1909
Regulamenta a Secretaria do Interior
- 13 - Regulamento a que se refere o decreto nº 2.492, desta data
- 14 - Lei nº 643, de 1º de outubro de 1914
Autoriza a reorganizar as Secretarias de Estado e contém outras disposições

- 15 - Lei nº 646, de 08 de outubro de 1914
Orça a receita e fixa despesa para o exercício de 1915
- 16 - Lei nº 916, de 03 de setembro de 1926
Equipara os vencimentos do Diretor do Arquivo Público ao dos diretores de Secretaria de Estado e contém outras disposições
- 17 - Decreto nº 7.877, de 30 de agosto de 1927
Aprova o Regulamento da Secretaria do Interior
- 18 - Regulamento a que se refere o Decreto nº 7.877, de 30 de agosto de 1927
- 19 - Lei nº 962, de 10 de setembro de 1927
Autoriza a abertura de créditos especiais, cria o cargo de chefe de seção no Arquivo Público Mineiro e contém outras disposições
- 20 - Lei nº 1.147, de 6 de setembro de 1930
Dá novas denominações às quatro Secretarias de Estado, distribui os seus serviços e autoriza o poder executivo a reformar as Secretarias de Estado e demais repartições públicas
- 21 - Decreto nº 10.845, de 06 de maio de 1933
Revoga o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 916, de 03 de setembro de 1926
- 22 - Decreto nº 11.327, de 12 de maio de 1934
Dá nova organização aos serviços da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e aprova o quadro de pessoal administrativo da mesma secretaria
- 23 - Decreto-lei nº 749, de 26 de novembro de 1940
Contém o orçamento para o exercício de 1941
- 24 - Lei nº 2.877, de 04 de outubro de 1963
Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Estado e dá outras providências
- 25 - Decreto nº 7.353, de 02 de janeiro de 1964
Dispõe sobre a estrutura orgânica do Departamento Estadual de Estatística, da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro e do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais
- 26 - Decreto nº 7.361, de 02 de janeiro de 1964
Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado do Interior e Justiça

- 27 - Ato Institucional nº 8, de 02 de abril de 1969*
- 28 - Decreto nº 13.437, de 24 de fevereiro de 1971
Reorganiza o Arquivo Público Mineiro, altera sua vinculação operacional e estabelece novas atribuições para os cargos de chefia de serviços e seções que discrimina e transforma
- 29 - Lei nº 5.775, de 30 de setembro de 1971
Autoriza o Poder executivo a instituir, sob a forma de Fundação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) e dá outras providências
- 30 - Decreto nº 14.446, de 13 de abril de 1972
Indica os Sistemas Operacionais da Administração Pública Estadual, e dá outras providências
- 31 - Decreto nº 14.623, de 29 de junho de 1972
Dispõe sobre o Sistema Operacional de Educação e Cultura, estabelece a estrutura básica de seu órgão central, e dá outras providências
- 32 - Decreto nº 16.200, de 09 de abril de 1974
Transfere para o Gabinete Civil do Governador do Estado o Arquivo Público Mineiro e altera a forma de provimento do cargo de seu diretor
- 33 - Decreto nº 16.923, de 09 de janeiro de 1975
Dispõe sobre a organização do Arquivo Público Mineiro, e dá outras providências
- 34 - Decreto nº 16.983, de 07 de fevereiro de 1975
Dispõe sobre o tombamento e respectiva inscrição dos bens do Arquivo Público Mineiro
- 35 - Decreto nº 17.113, de 22 de abril de 1975
Altera o quadro setorial de lotação dos cargos de provimento em Comissão do Arquivo Público Mineiro
- 37 - Lei nº 6.714, de 09 de dezembro de 1975
Cria cargos no Quadro Permanente e dá outras providências
- 38 - Decreto nº 17.603, de 17 de dezembro de 1975
Faz lotação de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente e dá outras providências
- 39 - Decreto nº 18.606, de 19 de julho de 1977
Autoriza a instalação do Museu Mineiro, e dá outras providências

* Legislação Federal

- 40 - Lei nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983
Cria Sistemas Operacionais e Secretarias de Estado e dá outras providências
- 41- Decreto nº 23.512, de 06 de abril de 1984
Dispõe sobre o Sistema Operacional de Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências (anexos X, XI, XII e XIII)
- 42 - Lei Delegada nº 5, de 28 de agosto de 1985
Dispõe sobre a organização, a estrutura e os procedimentos do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências
- 43 - Decreto nº 25.817, de 18 de março de 1986
Regula a preservação da memória administrativa de Minas Gerais, e dá outras providências
- 44 - Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991*
Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, e dá outras providências
- 45 - Lei nº 11.714, de 26 de dezembro de 1994
Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências
- 46 - Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994
Dispõe sobre a política cultural de Estado de Minas Gerais
- 47 - Lei nº 12.221, de 01 de julho de 1996
Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências
- 48 - Decreto nº 3.134, de 24 de janeiro de 1997 (*)
Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8 159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências
- 49 - Decreto nº 39.504, de 24 de março de 1997
Cria o Conselho Estadual de Arquivos – CEA e dá outras providências
- 50 - Portaria nº 01/APM, de 23 de abril de 1998
[Resolve que o acervo documental e bibliográfico do APM será reproduzido através de microfilmagem]
- 51- Decreto nº 39.641, de 15 de junho de 1998
Define a competência da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências

* Legislação Federal

- 52 - Deliberação nº 01, de 27 de outubro de 1998
Aprova o Regulamento Interno do Conselho Estadual de Arquivos
- CEA
- 53 - Deliberação nº 02, de 27 de outubro de 1998
Nomeia o substituto legal do Presidente do Conselho Estadual de
Arquivos – CEA
- 54 - Resolução nº 383, de 09 de novembro de 1998
Estabelece Normas Procedimentais Pertinentes ao Acervo do
Arquivo Público Mineiro
- 55 - Deliberação nº 03, de 09 de novembro de 1998 (CEA)
- 56 - Deliberação nº 04, de 17 de dezembro de 1998 (CEA)
- 57 - Deliberação nº 05, de 17 de dezembro 1998 (CEA)
- 58 - Deliberação nº 06, de 17 de dezembro de 1998 (CEA)
- 59 - Decreto nº 40.186, de 22 de dezembro de 1998
Dispõe sobre a gestão de Documentos Públicos
- 60 - Decreto nº 40.224, de 29 de dezembro de 1998
Dispõe sobre a aplicação de recursos para difusão e fomento da
produção Cultural do Estado
- 61 - Decreto nº 40.273, de 10 de fevereiro de 1999
Altera a redação de dispositivo do Decreto nº 40.186, de 22 de
dezembro, que “dispõe sobre a gestão de documentos públicos”

Diretores da Instituição no período de 1895-2001

Nomes	Período
1º - José Pedro Xavier da Veiga	1895/1900
Antônio de Carvalho Brandão - Substituto (Secretário arquivista)	1900/1901
2º - Antônio Augusto de Lima	1901/1910
3º - Francisco Soares Peixoto de Moura	1910/1920
Theophilo Feu de Carvalho – Substituto (Segundo Oficial)	1920/1922
	1926/1927
	1933/1936
4º - Mário Franzen de Lima	1922/1936
Adolpho Júlio Tymburibá – Substituto (Primeiro Oficial)	1923/1926
Aurélio Egidio dos Santos Pires – Substituto	1927/1930
5º - Arduino Fontes Bolívar	1936/1938
6º - Oscar Bhering	1938/1948
7º - João Gomes Teixeira	1948/1973
Paulo de Araújo Rehfeld - Substituto	1950
8º - Ivo Porto de Menezes	1974/1975
9º - Francisco de Assis Andrade	1975/1987
10º - Augusto Elísio de Matos Chelotti	1987/1988
11º - Neide Pestana Thomazi	1988/1989
12º - Aquiles Mauro Mitraud de Castro Leite	1989/1995
13º - Norma de Góes Monteiro	1995/1999
14º - Edilane Maria de Almeida Carneiro	1999/

Dados Biográficos

José Pedro Xavier da Veiga
Período - 24/08/1895 a 08/08/1900
1º diretor

Nasceu na cidade de Campanha em 13 de abril de 1846, tendo falecido em 08/08/1900. Filho do Tenente-Coronel Lourenço Xavier da Veiga e Jesuína de Salles Veiga.

Mudando-se para o Rio de Janeiro em 1857 empregou-se na livraria de seu tio, o Comendador João Pedro da Veiga, tendo aí fundado, com outros rapazes, a Sociedade de Ensaaios Literários.

Com 21 anos de idade, em 1867, foi para São Paulo, concluir os preparatórios e matricular-se na Academia de Direito.

Eram seus amigos e constantes companheiros os depois ilustres políticos Silviano Brandão, Afonso Pena, Chrispim Bias Fortes, Felliciano Pena e outros.

Em plena atividade de seus estudos foi acometido de prolongada moléstia, que só depois de regressar à Campanha e de alguns meses de abandono completo de seus estudos logrou recuperar completamente a saúde.

Não voltou, entretanto, mais a São Paulo a prosseguir os seus estudos regulares.

Ainda muito moço, recebeu a investidura vitalícia de um cargo de justiça no termo de Lavras.

Em 1872 seu nome sufragado para deputado à Assembléia Provincial de Minas, onde tomou assento e dominou pelo brilho de sua palavra.

Desde essa legislatura até a última de 1889, com exceção apenas de algum curto intervalo, foi sempre reeleito.

Mudara-se então para Ouro Preto, onde se dedicou á imprensa política.

Foi no Jornal "Província de Minas", que se acentuou o seu talento jornalístico, cuja autoridade política era aclamada pelos correligionários e acatada pelos adversários que lhe proclamavam os méritos.

Como prêmio de benemerência literária, o imperador lhe conferiu a Comenda da Ordem da Rosa, sendo distinguido também com o Diploma de Sócio Correspondente do Instituto Histórico Brasileiro.

Casara-se, em Ouro Preto, com Luiza do Amaral, filha do Comendador Francisco Teixeira Amaral, de cujo consórcio teve seis filhas.

Proclamada a República e, extintos os antigos partidos, fundou o periódico A Ordem, cujos artigos muito contribuíram para a aceitação pacífica do novo regimento no Estado de Minas.

Indicado para o Congresso Nacional, escusou-se modestamente, declarando não recusar os seus serviços ao Estado de Minas, se para o seu Congresso fosse eleito.

Encerrado o ciclo constituinte, continuou o benemérito mineiro a ser no Senado incansável paladino da causa pública.

Em 1895, tendo o governo de Estado de organizar o Arquivo Público Mineiro, criado pela Lei n.126, de 11 de julho, conclamou os seus serviços para, como diretor dessa Repartição, auxiliá-lo nessa missão.

Na faina de organizá-la, a si mesmo impôs recolher aqui e ali todos os fatos mais importantes da história mineira, tendo disponibilizado a parte térrea de sua própria casa para a sede da Repartição e oferecido parte de seu arquivo particular, do qual constavam periódicos, livros e uma coleção de documentos manuscritos.

"Não basta, porém, possuir esses documentos, é preciso também decifrá-los e entendê-los. O estado os guardava nos arquivos da administração, mas não era o suficiente. Era essencial interrogá-los, fazê-los falar," afirmava.

Segundo Augusto de Lima "... é facilmente explicável a maneira de apreciar os fatos históricos, de Xavier da Veiga. Debaixo do cronista desinteressado surgia o polemista ardente, o doutrinário propagandista. O estilo do tributo jornalista rompia freqüentemente a fórmula inflexivelmente sóbria da narração histórica. Apaixonado? Talvez o fosse no bom sentido, não para deixar de julgar com justiça, mas para exaltá-la e identificar-se com ela."

Nas coleções da Província de Minas, especialmente entre 1880 / 1889, encontrar-se-ão dados a esse respeito.

Filiado tradicionalmente ao Partido Conservador não se deixava absorver nos convênios de Nas coleções, tão freqüente no viver partidário. Gravava como subepígrafe às palavras do Conselheiro Saraiva, então Presidente do Conselho de Ministros. "O que tenho eu a desejar hoje senão que o país me aprecie! Pouco me importa que o meu partido me amaldiçoe, si o país entender que eu cumpro o meu dever. Foi essa a minha eterna doutrina, e por isso nunca fui o homem mais querido do meu partido. Nunca fui dos mais festejados, mas quero antes estar bem com a minha consciência e com o país, do que com o meu próprio partido, ao qual, aliás, presto os serviços que posso". (Província de Minas, nº 8, 1880).

Como primeiro Diretor do Arquivo Público Mineiro, fundou a Revista da Instituição, como um recurso de publicidade e nas suas palavras "o complemento imprescindível do próprio Arquivo". Foi seu redator e diretor, desde sua 1ª edição, em 1896, até 1900.

Publicou numerosos trabalhos nessa Revista e na Revista do IHGB, entre os quais: *A imprensa em Minas Gerais, de 1807 a 1904*; *Questões de limites entre Minas e Rio de Janeiro*; *Revolta de Vila Rica em 1720*, além das *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, obra de fôlego histórico, biográfico e estatístico.

Dando cumprimento ao Regulamento do APM, publicado em 19/09/1895 propôs ao governo do Estado, nomes de cidadãos, que nomeados pelo Presidente do Estado, comporiam a lista de correspondentes da Repartição em Minas e outras cidades brasileiras.

É a partir desse instrumento que passa a receber, das instituições públicas e de particulares, documentos, objetos, Atlas, mapas, relatórios, publicações, folhetos etc, que formam hoje o acervo histórico da Instituição, do Museu Mineiro e da Hemeroteca Pública.

Além da preocupação em recolher documentos buscou, através do quadro de funcionários, recrutados por concurso público, organizar e transcrever os documentos, elaborar catálogos de livros e de manuscritos, adquirir cópias de documentos sobre Minas, em outros arquivos, como o Nacional, no Rio de Janeiro, o Ultramarino e Torre do Tombo, em Lisboa, entre outros.

Antônio de Carvalho Brandão, Tenente Cel.
Período - 09/08/1900 a 31/01/1901
Diretor substituto

Antônio de Carvalho Brandão nasceu em Ouro Preto tendo falecido em 28/07/1929. Casou-se com Maria da Conceição Brandão. Formou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, onde exerceu durante alguns anos a profissão, distinguindo-se sempre pelo espírito caridoso.

Militou durante muitos anos na imprensa tendo se metido em muitas campanhas, revelando-se em todas elas um espírito justo e entranhado amor à terra mineira.

Filiado ao Partido Liberal, foi na Monarquia um jornalista de ação, ao lado de Bernardo Monteiro, Bernardino Aroeira, Joaquim Cypriano e tantos outros, que formaram a vanguarda daquela agremiação partidária.

Iniciou sua vida pública como funcionário da extinta Secretaria de Polícia, órgão da Secretaria do Interior, galgando rapidamente vários postos, entre os quais o de Oficial de Gabinete do titular daquele cargo.

Com a ascensão do Partido Conservador, dado o seu espírito combativo, era logo exonerado, sendo de novo chamado ao serviço público, logo que os seus correligionários voltavam ao poder.

Serviu na Secretaria do Governo, na Diretoria de Fazenda e na Inspeção de Ensino.

Proclamada a República, passou a trabalhar na Secretaria da Agricultura, de onde, saiu a convite do Comendador José Pedro Xavier da Veiga, para trabalhar no Arquivo Público Mineiro como Secretário.

Na qualidade de Secretário arquivista dedicou-se a pesquisa e apartação de papéis e documentos, extração de cópia de documentos para a Revista e organizou do Índice Geral das Cartas de Sesmarias publicadas na revista número XXXVII, de 1988. Com a morte de José Pedro Xavier da Veiga, em 08 de agosto de 1900 assumiu, como substituto, o cargo de Diretor até 31 de janeiro de 1901.

Como diretor interino fez a revisão e publicou a Revista de número V, cujas matérias e organização foram de Xavier da Veiga.

A partir dessa data, isto é, de fevereiro de 1901 é chamado a servir na Secretaria de estado das Finanças, onde dedicou os últimos anos de sua vida.

Antônio Augusto de Lima
Período - 31/01/1901 a 27/09/1910
2º diretor

Nasceu na Fazenda Morro do Pires, junto a Vila Nova de Minas (hoje Nova Lima), a 5 de abril de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro, a 22 de abril de 1934. Filho de José Severiano de Lima e de Maria Rita de Lima. Casado com Vera Tuckaw Monteiro de Barros Lima.

Estudou no Seminário de Mariana, no Colégio do Caraça e no Liceu Mineiro de Ouro Preto, tendo bacharelado-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1882. Durante o curso superior escreveu artigos de propaganda republicana para vários órgãos acadêmicos, como *O Liberal* (1878-1882) , *A República* (1880) e para jornais da cidade de São Paulo.

Depois de formado retornou à Minas para advogar em Sabará e, em dezembro de 1883, assumiu a Promotoria Pública e, posteriormente, o Juizado Municipal de Leopoldina. Juiz de Direito de Conceição da Serra (Província do Espírito Santo) de 1889 até maio de 1890. Em seguida é nomeado para o mesmo cargo, na recém-criada Comarca mineira de Dolores da Boa Esperança (atual Boa Esperança). Não chegou a tomar posse pois o Governador Crispim Jacques Bias Fortes o convocou para a Chefia de Polícia do Estado, permanecendo nesse cargo de 1890 a março de 1891.

Adepto do movimento favorável à instalação da nova capital de Minas na região do Curral Del Rei, foi convidado pelo Ministro da Justiça, Barão de Lucena, para a governança do Estado, quando Crispim Jacques Bias Fortes deixou o cargo, com o compromisso de efetivar a transferência do Governo. Permaneceu no posto de março a junho de 1891 tendo adiantado as reformas do poder judiciário, dos sistemas tributário e eleitoral, do serviço de terras públicas e mineração, das secretarias de estado, regulamentou o ensino primário, reorganizou a Escola de Farmácia de Ouro Preto, presidiu às eleições para as Constituintes federal e estadual e nomeou a Comissão responsável pelo estudo do Curral Del Rei para instalação da futura capital. Ao deixar o Governo, reintegrou-se na Magistratura como Juiz de Direito de Ouro Preto (1891/1901).

Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito, onde lecionou, de 1892 a 1925, Filosofia do Direito, Direito das Gentes e Diplomacia, Direito Criminal, Direito Público e Direito Internacional Privado, tendo-se tornado catedrático das três últimas disciplinas.

Em janeiro de 1901, transferiu-se para Belo Horizonte tendo assumido a direção do Arquivo Público Mineiro até setembro de 1910. Como diretor dessa Instituição dá continuidade a edição da revista, números VI a XV (1901/1910) na mesma linha editorial de sua fundação, ou seja, com artigos de correspondentes, memórias, reprodução de documentos, estudos bibliográficos etc.

Segundo seu relatório, a sua maior atividade "tem sido aplicada à pesquisa de documentos sobre as questões de limites do estado" motivo pelo qual o Governo o nomeou advogado de Estado nas questões com São Paulo, Goiás e Espírito Santo.

Em 1903 é eleito para Academia Brasileira de Letras, tendo em dezembro de 1907, tomado posse na cadeira nº 12, cujo patrono é França Junior, e em 1928, a presidiu .

Pertenceu ao PRM e ao Partido Progressista.

Durante a Campanha Civilista (1909) dirigiu o antigo Diário de Minas, órgão do PRM e apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca contra a de Rui Barbosa.

Deputado Federal da 7ª à 13ª Legislaturas (1909/1929), foi Vice-Presidente das Comissões de Legislação Social (1923) e de Diplomacia e Tratados

(1923/1924), tendo-lhe cabido relatar o projeto de declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1917. Ao longo da sua atuação parlamentar encabeçou campanhas de defesa do patrimônio florestal e pelo desenvolvimento da siderurgia, o aproveitamento das regiões de fronteira, o voto feminino, a nacionalização dos serviços radiotelegráficos e a proteção do Patrimônio Histórico Nacional.

Vitoriosa a Revolução de 1930, o Governo Provisório confiou-lhe a direção do vespertino oficioso *A Noite*, editado no Rio de Janeiro. Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista e, em 1934, elegeu-se Deputado à Constituinte Federal, vindo a falecer no início dos trabalhos constituintes.

Foi, ainda membro da Comissão Crítica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na qualidade de compositor musical, e do IHGMG. Foi também Presidente de honra da AML desde sua fundação (1910).

Publicou as seguintes obras em versos *Contemporâneas, Símbolos, Poesias, São Francisco de Assis*; em prosa: *A comarca da capital de Minas e o juiz de direito de Ouro Preto, Memória histórica da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais 1895-1896; Limites entre Minas e S.Paulo - resumo histórico oferecido ao Dr. Arthur Bernardes e Noites de Sábado*.

Francisco Soares Peixoto de Moura
Período - 27/09/1910 a 26/10/1920
3º diretor

Nasceu em Ubá, MG, a 5 de setembro de 1862 e faleceu no Rio de Janeiro, a 17 de maio de 1955. Filho do fazendeiro e Coronel da Guarda Nacional Camilo Soares de Moura e de Amélia Peixoto Soares de Moura. Casado em primeiras núpcias, com Bárbara Peixoto dos Reis Soares e, em segundas, com Presciliana Líbero Peixoto de Moura.

Fez os estudos de Humanidades no Colégio do Caraça e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDSP em 1886.

De volta a Minas, depois de formado, foi Promotor Público, em Ubá, e Juiz Municipal em Pomba (hoje, Rio Pomba) e São Paulo do Muriaé (atual Muriaé).

Deputado Provincial na 27ª Legislatura, (1888-1889), em seguida exerceu os mandatos de Vereador, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Pomba, onde advogava. Na 3ª Legislatura (1899-1902) foi Deputado Federal

Foi nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro, em 27 de setembro de 1910, tendo se mantido à frente dessa Instituição até outubro de 1920. Na sua gestão deu continuidade a edição da Revista, seguindo a tradição inaugurada por Xavier da Veiga, tendo publicado do número XVI (1911), organizada por Augusto de Lima, ao número XVIII (1914)

Elegeram-se Deputado Federal da 11ª à 14ª Legislaturas (1912-1932), tendo feito parte da Aliança Liberal e do Movimento Revolucionário de 1930.

Desempenhou, ainda, os cargos de Subprocurador-geral do Estado, membro do Conselho Municipal de Belo Horizonte e Serventuário da Justiça do Distrito Federal (RJ). Pertenceu ao PRM e manteve intensa colaboração nos jornais *O Farol*, *O Correio da Matta*, *O Pombense*, *Nova Era*, *A Matta* e *o Puritano*.

Theóphilo Feu de Carvalho

Períodos: 05/11/1920 a 05/09/1922

16/10/1926 a 10/01/1927

05/ 1933 a 14/04/1936

Diretor substituto

Nasceu em Mariana, em 15 de janeiro de 1872 e faleceu a 8 de setembro de 1946, aos 74 anos. Filho do tabelião Pedro d'Alcântara Feu de Carvalho e de Maria da Cruz Pereira Feu. Foi casado com Alzira Numan Feu de Carvalho, de cujo consórcio nasceram sete filhos.

Estudou no Colégio Caraça e diplomou-se em Direito em 1910, na cidade de Ouro Preto. Foi Segundo Oficial do Arquivo Público Mineiro, assumiu interinamente a direção do Arquivo de 05 de novembro de 1920 a 05 de setembro de 1922, até a posse do novo diretor Mário Franzen, a quem novamente substituiu de, 16 de outubro de 1926 a 10 de janeiro de 1927, e de maio de 1933 a 14 de abril de 1936. Editou a Revista número XIX (1921) e XX (1933). Segundo ele, o número XIX é o primeiro de uma nova fase, iniciando com a efígie de Xavier da Veiga, depois de 8 anos sem circular. A segunda mudança adotada foi a ilustração de suas páginas, com clichês visando esclarecer assuntos e personagens. E uma terceira também introduzida, nesse número, foi o tipo de composição.

Reeditou, em 1934, os 4 fascículos da Revista, do ano I, de 1896.

Além de autor de algumas matérias na Revista, organiza, em 1914, o Índice Geral da Revista - 1896 a 1913, e transcreve documentos e índices dos livros, do número 1 ao número 10, da Secretaria de Governo, nas Revistas de número XX, XXI e XXII. Fez, inclusive, uma correção, no período citado, no Catálogo dos Manuscritos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, da Revista número XII, do ano de 1907.

Serviu durante muitos anos no Estado, com zelosa pontualidade, em várias funções de responsabilidade nesta Instituição, tendo se dedicado com desvelo ao estudo da nossa heurística, facilitando a decifração, interpretação, divulgação e conservação de numerosos textos e documentos.

"De par com essa atividade, reduziu a livros as suas pesquisas, produzindo uma série de monografias do mais vivo interesse caracterizadas pela documentação precisa e pela preocupação de evocar a verdade com completa isenção. Seus trabalhos escritos são, porém, apenas uma parte dos relevantes serviços que prestou à cultura e à história regional. No desempenho cotidiano dos deveres burocráticos, foi mais que um funcionário, pelo amor que dedicou aos documentos confiados à sua guarda, procurando conservá-los e divulgá-los da melhor forma possível. Esclareceu muitos pontos obscuros de nossa história, retificando também, à sua luz dos documentos, a versão de vários episódios do nosso passado."

Dentre as diversas obras que publicou como historiador destacam-se: *Reminiscências Históricas de Vila Rica*; *Ementário da História de Minas* (Felipe dos Santos na Sedição de Vila Rica); *O Aleijadinho - Polêmicas e Miscelâneas Históricas*; *Pontes e Chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*; *Ocorrências em Pitangui* (1713/1712); *Comarcas e Termos* (1709/1715); *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro*; *Notas sobre os Ouvidores de Minas Gerais*.

Mário Franzen de Lima
Período - 06/09/1922 a 03/04/1936
4º diretor

Nasceu em Ouro Preto, a 10 de julho de 1886 e faleceu em Belo Horizonte, a 3 de abril de 1936. Filho do professor Bernardino Augusto de Lima e de Esther Franzen de Lima. Casado com Leonídia Tamm de Lima.

Fez os primeiros estudos nas Escolas Salesianas de Cachoeira do Campo, MG, o curso secundário, em Ouro Preto, e no Ginásio Mineiro, em Barbacena e Belo Horizonte. Bacharelou-se pela Faculdade de Letras MG, em 1906.

Foi no início de sua vida profissional Promotor de Justiça da Comarca de Rio Novo, MG. Abandonou o Ministério Público, fixando-se em Belo Horizonte para dedicar-se à advocacia, ao magistério e ao jornalismo.

Eleito para a Academia Mineira de Letras em 1909, foi o fundador da Cadeira nº 32, patrocinada por Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí e, em três períodos, presidente da instituição. Em 1911, através da imprensa, participou da Campanha Civilista.

Lecionou História da Civilização no Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, onde também foi Secretário, e dirigiu o Ginásio Mineiro em Barbacena. De 1912 a 1922, ocupou a Chefia da redação do "Minas Gerais" e, cumulativamente, a partir de 1918, a direção da Imprensa Oficial.

Em setembro de 1922, foi nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro, tendo se afastado do cargo, para ser Representante de Minas Gerais na Grande Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro; para chefiar o Gabinete do Presidente Fernando de Melo Viana e para integrar, como Secretário, o Gabinete do Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Nesses afastamentos foi substituído interinamente por Adolpho Júlio Tymburibá, de 21 de junho de 1923 a 15 de outubro de 1926, por Theóphilo Feu de Carvalho, de 16 de outubro a 10 de janeiro de 1927 e de maio de 1933 a 14 de abril de 1936 e por Aurélio Egídio dos Santos Pires, de 12 de janeiro de 1927 a 11 de agosto de 1930.

Em 1926, publica a revista número XX, também dentro da mesma linha das edições anteriores.

Substituiu a Francisco de Castro Rodrigues Campos na regência da disciplina Filosofia do Direito na FLDMG, de agosto de 1924 a fins de 1925. Na mesma Faculdade foi professor de Direito Romano, de Economia e Finanças e de Ciências das Finanças.

Católico convicto, prestou grandes serviços à igreja através da ação social, da pregação, da imprensa e do livro, devendo-se à sua inspiração o estabelecimento, durante o Governo Antônio Carlos, do ensino religioso no currículo escolar.

Era membro de IHGMG e pertenceu ao PRM.

Publicou as seguintes obras: *Ancenúbios; O mito solar nos Evangelhos; Audiências de Luz; Medalhas e brasões; O culto das mães; A Escola de Minas de Ouro Preto; O catecismo e a formação do Brasil; A mocidade e a religião; Dante e a Divina Comédia; Elogio ao Marquês de Sapucaí; A escola leiga e a liberdade de consciência; Idéias e comentários; O bom combate; Para usurpar uma cátedra; A hermenêutica tradicional e o direito científico* (tese de concurso).

Adolpho Júlio Tymburibá
Período - 21/06/1923 a 16/10/26
Diretor substituto

Nasceu em São José do Turvo, distrito de Piraí, numa fazenda de café, a 15 de julho 1858 e faleceu em 29 de dezembro de 1936. Chamava-se Adolpho Júlio, tendo acrescentado ao seu nome o apelido Tymburibá, que na gíria do Vale do Paraíba, significa ousado, valente.

Foi tocador de tropas de café e, em 1873, com 15 anos, resolveu mudar de vida e instalar-se no Rio de Janeiro. Obteve um lugar de aprendiz na famosa Confeitaria Pascoal, na Rua do Ouvidor, centro das elegâncias da época. A partir de então começou a se meter em comícios e passeatas republicanos. Na Casa Pascoal, permaneceu por dez anos, não chegando a mestre confeito porque estabelecimento de luxo não dava posição a brasileiro. Tymburibá, que já estava senhor dos segredos do ofício, pediu contas com um objetivo: instalar-se em Ouro Preto, que ele considerava a terra republicana por excelência.

Em julho de 1883, com 25 anos, atingia uma parte de seu ideal em Ouro Preto. Instalara na Rua São José a sua Confeitaria Mineira, com as mesmas pretensões da Confeitaria Pascoal. O negócio prosperou logo, tornando-se o centro social de Ouro Preto, ponto de reunião dos políticos, principalmente republicanos.

Em dezembro de 1883, pouco tempo depois de sua chegada, casou-se com Leonor Luisa Osório.

Fez parte do movimento republicano, com espantosa dedicação. Ao proclamar-se a República, em 15 de novembro de 1889, um ano depois desse esforço desinteressado, Tymburibá estava a braços com dívidas resultantes dele.

João Pinheiro, assumindo o Governo Provisório em Minas, nomeou-o Terceiro Escriurário de Serviço de Estatística do Estado, passando depois a Amanuense.

Foi Irmão benemérito da Santa Casa de Misericórdia, sócio do Clube Floriano Peixoto e do Instituto Histórico.

Depois de servir muitos anos na Secretaria do Interior, foi para o Arquivo Público Mineiro onde ocupou o cargo de Primeiro oficial e se fez alvo da estima de estudiosos, que ali se reuniam.

Assumiu interinamente a Diretoria substituindo a Franzen de Lima em junho de 1923.

Em 1907, João Pinheiro, ainda se recordando das lutas do antigo companheiro de propaganda escrevia-lhe "Do velho republicano Tymburibá não se esquecerá nunca de que entre os poucos sonhadores da república em Ouro Preto, em 1887, ele foi um companheiro incondicional nos sacrifícios".

Aurélio Egídio dos Santos Pires
Período - 11/01/1927 a 11/08/1930
Diretor substituto

Nasceu em Serro, MG, a 23 de março de 1862 e faleceu no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1937. Filho do magistrado Aurélio Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josefina dos Santos Pires. Casado com Maria Olinta de Sá Pires.

Fez os estudos de Humanidades no Seminário de Diamantina e no Liceu Mineiro, de Ouro Preto. Iniciou o curso de Medicina no Rio de Janeiro onde exerceu o magistério e atuou no comércio. Em 1894, diplomou-se pela Escola de Farmácia de Ouro Preto.

Aos 17 anos publicou, em Diamantina seu primeiro artigo no jornal de estudantes *A Mocidade*. Na mesma cidade editou *Idéia Nova* (1879- 1881), órgão republicano. Transferiu-se para Ouro Preto em 1891, tornando-se funcionário da Diretoria de Fazenda Provincial, através de concurso.

Depois de ter residido por alguns meses em São Luís do Maranhão, onde seu pai era Desembargador, voltou para Ouro Preto e reassumiu as funções de Oficial da Diretoria da Fazenda, tendo fundado, em 1885, a Sociedade Funerária, que custeava os enterros de seus membros, mais tarde, transformada em Sociedade dos Funcionários Públicos, com finalidades mais amplas.

Colaborador de *O Movimento*, jornal de propaganda republicano, lançado por seu irmão Antônio Olinto dos Santos Pires e por João Pinheiro da Silva. Em 1896, fez parte da redação de *O Estado de Minas*, também de propriedade e direção de Antônio Olinto. Em Ouro Preto, foi ainda Chefe de Seção do Serviço de Estatística do Governo Estadual e professor de Português, Literatura Nacional, Física e Química.

Em outubro de 1897, mudou-se para Belo Horizonte e abriu a Farmácia Aurélio Pires, que manteve até outubro de 1903. Na recém-inaugurada Capital, foi Reitor do Ginásio Mineiro e Diretor, professor de Geografia, História e Educação Moral e Cívica da Escola Normal Oficial (hoje Instituto de Educação de Minas Gerais), por nomeação do Presidente Nilo Peçanha. De 1910 a 1913, assumiu no Rio de Janeiro, o cargo de Diretor de Seção do Ministério da Viação e Obras Públicas. Retornando a Belo Horizonte, tornou-se professor da Faculdade Livre de Medicina, onde regeu as cadeiras de Toxicologia e Farmacologia (1913/1933).

Publicou as seguintes obras: *Evangelina* (tradução, em prosa, do poema de Wodsworth Longfellow); *Sinonímia química*, homenagem ao Dr. João Pinheiro da Silva; *Compêndio de farmácia galênica*, *Homens e fatos de meu tempo*.

A convite do Presidente Antônio Carlos de Andrada, em janeiro de 1927, assumiu interinamente a Diretoria do Arquivo Público Mineiro, em substituição a Mário Franzen de Lima. Nesse período, editou os números XXI (1927), XXII (1928) e XXIII (1929) da Revista. Nesses números, são de sua autoria, as matérias sobre o Instituto Histórico e Geográfico, sobre o Arquivo da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, sobre os mestres de outrora e Três Lições Inaugurais (em institutos de ensino).

Em seu Relatório de 1928, deixa registrada a decisão de recusar o recebimento de papeis e documentos, por falta de espaço, e que, apesar de ter restabelecido a praxe de publicar as doações recebidas reconhece a sua inconveniência uma vez que muitas vezes são 'bugigangas'.

Arduino Fontes Bolivar
Período - 14/04/1936 a 14/09/1938
5º diretor

Nasceu em Viçosa, MG, a 21 de setembro de 1873 e faleceu em Belo Horizonte a 15 de agosto de 1952. Filho de Cândido Malaquias Bolivar e de Maria Teresa Fontes Bolivar. Casado com Angelina Mürer Bolivar, com quem teve 6 filhos.

Fez o curso de Humanidades no Colégio do Caraça, e em Ouro Preto, freqüentou durante um ano, a Escola de Farmácia. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1903.

Foi promotor de Justiça (1903/1906) e Juiz Municipal de Carangola (1906) e de Ubá (1906/1914). Militou na imprensa das duas cidades, como redator, dos periódicos *O Progressista* e *O Movimento*. Mantinha colaboração assídua nas revistas *A Evolução*, *Revista do Instituto Jurídico* e *Renascença*, todas de São Paulo, nas quais publicou numerosos trabalhos em prosa e verso. Fez a tradução de clássicos latinos, notadamente Virgílio e Horácio, e de vários autores italianos, entre eles Carduci, Fusiano, Stecchetti e Metastasio.

Sócio fundador da Academia Mineira de Letras, ocupou a cadeira nº 6, sob o patrocínio de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Transferiu-se para Belo Horizonte, em 1914. Foi Oficial de Gabinete na Secretaria da Agricultura, nas gestões de Raul Soares de Moura e Clodomiro Augusto de Oliveira e no gabinete da Presidência do Estado, nos Governos Arthur da Silva Bernardes e Raul Soares de Moura.

Dirigiu por vários anos o *Diário de Minas*, órgão do PRM, em Belo Horizonte.

Foi professor de Português, Latim, Francês, Literatura, Lógica, História Universal e História do Brasil em estabelecimentos de nível secundário de Ubá e Belo Horizonte e no curso complementar da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Dirigiu a Escola Normal Modelo (hoje Instituto de Educação de Minas Gerais). Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, e da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte, ambas incorporadas a UFMG, nas quais lecionou, respectivamente, Literatura e Princípios de Sociologia. Lecionou Literatura Italiana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (UCMG).

Em 1936, foi nomeado diretor do Arquivo Público Mineiro, por Benedito Valadares, então Governador do Estado. Durante sua gestão retomou a edição da Revista, publicando, em 1938, o número XXI. Na apresentação da Revista, quase um relatório, depois de manifestar seus sentimentos e responsabilidade em relação ao cargo, colocou a proposta da distribuição das matérias, fez um balanço do papel da mesma, da importância da Instituição e das suas condições. Informou ter conseguido, do Titular da Secretaria do Interior, a qual o Arquivo estava subordinado: arquivos e fichários de aço, verba para compra de livros e periódicos e publicação da revista. Prestou uma homenagem aos ex-diretores, fez considerações da importância da criação de um museu do Estado, da necessidade de se criar uma seção bibliográfica e da aquisição de aparelho "capaz de permitir fotografar textos" além de registrar a visita do Governador ao Arquivo.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da subcomissão de Língua Portuguesa e Línguas Antigas, da Comissão Nacional do Livro Didático. Publicou as seguintes obras: *A rosa do Carmelo* e *Versões e traduções*.

Oscar Bhering

Período - 14/09/1938 a 18/03/1948

6º diretor

Nasceu em São João Del Rei MG, em 1881, tendo falecido em 24 de julho de 1949. Fez o curso preparatório no tradicional Colégio de Itu, em São Paulo, e cursou depois a Faculdade de Direito desta Capital, onde se formou em 1906. Era filho do Coronel Francisco de Paula Ribeiro Bhering e de Francisca de Paula Furtado Bhering, ambos pertencentes a tradicionais famílias mineiras. Casou-se em 1907, com Maria José de Carvalho Xavier Bhering, deixando dois filhos: Osmar Bhering e Efigênia Bhering Vitor Lessa.

Nomeado em 1926, promotor de Justiça da Comarca de Itapeceira, cargo que desempenhou até 1910, quando foi nomeado Juiz Municipal de Sete Lagoas, função que exerceu até 1922. Deixou depois a magistratura para dedicar-se à advocacia naquela mesma cidade até 1925, quando se transferiu para a Capital.

Em 1926, foi nomeado Juiz Federal substituto, da 2ª Vara, cargo que exerceu com integridade e devotamento à causa da justiça até 1937, quando a Constituição Federal daquele ano extinguiu a justiça federal nos Estados.

Em 1930, durante a revolução, teve seu nome escolhido para exercer as funções de Juiz em Minas Gerais na vigência do Estado de Sítio.

Em 1938, a convite do Governo de Minas, passou a dirigir o Arquivo Público Mineiro, ao qual imprimiu novos rumos, dedicando-se à reestruturá-lo, o que lhe valeu a admiração e reconhecimento dos mineiros.

Aposentou-se nesse cargo depois de prestar mais de 30 anos de bons serviços públicos.

Em novembro de 1948, em virtude de Lei assinada pela Presidência da República, foi reconduzido ao cargo de Juiz Federal Substituto, em disponibilidade, tendo nesta ocasião, agradecido e desistido dos proventos de sua aposentadoria estadual.

Era membro de Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, tendo pertencido também as outras instituições culturais.

João Gomes Teixeira
Período - 18/03/1948 a 24/05/1973
7º diretor

Nasceu em Belo Horizonte, no dia 6 de maio de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de maio de 1979. Filho de Leopoldo César Gomes Teixeira e de Cecília Emília de Sousa Teixeira, naturais de Barbacena. Fez seus preparatórios no Colégio Arnaldo e Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Diplomado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1932, não tendo exercido a profissão.

Era um excêntrico solteirão, extremado nas afeições e desafeições. Adorava política e cultivava os melhores clássicos. Tinha amigos e admiradores entre os "grandes" da velha guarda política, sem distinção de partido entre os quais: Arthur Bernardes, Cristiano Machado, Benedito Valadares, Milton Campos, José Maria de Alkmim, Virgílio de Melo Franco entre outros.

Foi condecorado com a Legião de Honra da França e com a Medalha da Inconfidência.

Em 1930, foi Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Interior de Minas Gerais, Cristiano Monteiro Machado.

Em 1935, participou, em Belo Horizonte, da fundação do vespertino *O Debate*, de oposição a Getúlio Vargas, tendo sido seu Diretor-gerente.

De 1936 a 1945, chefiou o Gabinete de Cristiano Monteiro Machado, na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. Em seguida, ocupou a Chefia do Gabinete do Interventor Júlio Ferreira de Carvalho (14/08 a 14/11/46).

Nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro, pelo Governador Milton Soares Campos, permaneceu no cargo até 31 de janeiro de 1974, embora tenha se aposentado em maio de 1973.

A sua gestão frente ao Arquivo Público Mineiro, foi marcada entre outras iniciativas, pela restauração e reestruturação da sede, na Av. João Pinheiro; construção de um prédio anexo, inaugurado na gestão seguinte; proposição de nova estrutura administrativa para a instituição; correspondência assídua com políticos e intelectuais e recebimento de um significativo número de publicações, de várias instituições. Reiniciou em 1966, o serviço de divulgação do Arquivo com uma nova série, intitulada "Publicações", de numeração independente da Revista, que segundo suas palavras "prosseguirá com a sua antiga denominação e dentro de sua principal finalidade que é a divulgação de documentos, contribuições e fatos concernentes à história e à cultura do Estado de Minas Gerais".

O primeiro número dessa nova série é um documentário sobre João Pinheiro, organizado por Francisco de Assis Barbosa.

Paulo de Araújo Rehfeld
Período - 01/09/1950 a 30/11/1950
Diretor substituto

Nasceu em Diamantina, MG, a 02 de setembro de 1902, e faleceu em Belo Horizonte a 14 de agosto de 1960. Filho de Eugênio Ernesto Augusto Rehfeld e de Josefina Maria Coelho de Araújo Rehfeld. Foi casado com Clara Gonzaga Rehfeld.

Fez o curso secundário no Instituto Fundamental, de Belo Horizonte, e bacharelou-se pela FDUMG em 1937. Ingressando ainda jovem no serviço público estadual, chegou na Secretaria de Estado das Finanças, a Superintendente do Departamento de Despesa Variável e Chefe do Gabinete do Secretário Ovídio Xavier de Abreu. Na Secretaria de Estado do Interior e Justiça ocupou o cargo de Diretor Administrativo. Por sua experiência administrativa foi incumbido de reestruturar os serviços da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais. Exerceu, também, o magistério em cursos de aperfeiçoamento para funcionários do Estado e em estabelecimentos particulares de ensino médio.

Assumiu interinamente a Diretoria do Arquivo Público Mineiro, em substituição a João Gomes Teixeira, que se afastara de licença.

Depois de aposentar-se, prestou serviços, no Rio de Janeiro, à Comissão Construtora da Nova Capital do País, como Diretor de Divulgação da NOVACAP, e foi supervisor da Revista *Brasília*.

A convite do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, estava ao falecer, recolhendo elementos para elaborar a história de Brasília.

Pertenceu à Academia Mineira de Letras, onde ocupou a cadeira nº 22, patrocinada por Júlio Ribeiro.

Além de artigos em jornais e revistas, e de estudos sobre Finanças e Contabilidade, publicou os livros *Os rebeldes* (coletânea de contos); *O amigo de Duclere* (romance histórico); *De guante e espada*; *Conquista e civilização do Vale do Rio Doce* e *Vila Rica e Tejuco*. Deixou inédito um segundo romance, *O Sol na Selva*.

Ivo Porto de Menezes
Período -01/02/1974 a 03/04/1975
8º diretor

Nasceu em Belo Horizonte, em 19 de maio de 1928. Filho de Joaquim Furtado de Menezes e de Zaíra Porto de Menezes.

Bacharelou-se em Arquitetura (1954) e especializou-se em Urbanismo (1957) pela Escola de Arquitetura da UFMG. Doutorou-se pela Escola de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, com a tese Arquitetura Sagrada (1959).

Foi professor de Arquitetura Brasileira e de História da Arquitetura na Escola de Arquitetura da UFMG, livre docente e catedrático da disciplina Construção Civil, Arquitetura, Higiene, Saneamento e Urbanismo na Escola de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil e na Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto. Lecionou também Construção Civil, na Escola de Minas da UFOP; Arte Sacra, no Seminário Maior São José, em Mariana, MG; Arquitetura e Urbanismo, na Faculdade de Engenharia da Fundação Mineira de Educação e Cultura; História da Arquitetura Brasileira, no Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos – SEPLAN-PR/IPHAN/UFMG; Arquitetura Barroca Mineira, no curso de Pós-Graduação em Cultura e Arte Barroca da UFOP e ocupou as funções de Pró-Reitor de Pesquisa da UFMG e Chefe do Departamento de Construções da Escola de Minas da UFOP.

Foi ainda arquiteto do Serviço Público Federal ; arquiteto representante da Diretoria do IPHAN na região de Ouro Preto e Mariana; pesquisador do IPHAN; Assessor para Assuntos Arquitetônicos e Urbanísticos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal de Ouro Preto; Consultor do Plano de Conservação, Restauração e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e Gerente do Setor de Pesquisa e Divulgação do IEPHA - MG.

Lotado no Gabinete Civil do Governador Rondon Pacheco foi designado para responder pelo Arquivo Público Mineiro em 1º de fevereiro a 8 de dezembro de 1974. Foi nomeado Diretor em 10 de dezembro de 1974, permanecendo no cargo até 3 de abril de 1975.

Como diretor do Arquivo Público Mineiro, entre as várias iniciativas pode se citar: retomada em 1975 da edição da Revista, interrompida em 1938, com a orientação de se publicar catálogos com ementários dos documentos, como o fizera Feu de Carvalho nos anos XX, XXI, XXII e XXIV e de reprodução de documentos de interesse de pesquisadores; gestões para conclusão do prédio anexo ao Arquivo, na Rua Aimorés, inaugurado em 1975; início do processo de classificação e catalogação do acervo bibliográfico; aquisição de máquina microfilmadora e leitora para o trabalho de microfilmagem dos documentos; encaminhamento de funcionários para curso de microfilmagem; início da reparação e organização do acervo fotográfico.

Realizou inúmeras pesquisas, entre elas, um estudo sobre Minas Gerais e sobre o órgão da Catedral de Mariana e em vários arquivos portugueses e, sobre a Ordem do Carmo no Brasil, no Arquivo da Província Carmelitana de Santo Elias - Belo Horizonte.

Fez levantamento histórico e arquitetônico de igrejas, fazendas e residências em vários municípios mineiros, além de ter coordenado, pela Escola de Arquitetura da UFMG, a pesquisa sobre fazendas mineiras.

Foi responsável por obras de restauração em inúmeros municípios mineiros, tais como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto; a Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana; Museu do Ouro e Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Sabará.

É autor de vários projetos de restauração, como os da Capela de Santana e da Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Cocais, MG; o do Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte, e o da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, em Lavras Novas, MG.

Publicou inúmeras obras, entre elas, *Vãos na arquitetura tradicional mineira*; *A revolta de 1822 em Vila Rica - um documento novo*; *Manoel da Costa Athaíde*; *Mestre Athaíde*; *Documentação Referente à Minas Gerais, existente nos Arquivos Portugueses (RAPM)*.

Francisco de Assis Andrade
Período - 03/04/1975 a 20/03/1987
9º diretor

Nasceu em Belo Horizonte, a 21 de outubro de 1929. Filho de Moacir Assis Andrade e Martha Chagas Andrade.

Bacharelou-se em Geografia e História pela Universidade de Minas Gerais (1954), e em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1969), além de vários cursos de aperfeiçoamento na área de História.

Foi professor de História e Diretor do Colégio Marconi. Lecionou, também, História na UFMG.

Exerceu os cargos de Diretor do Campus Avançado da UFMG, em Barreiras, BA; Redator do jornal Minas Gerais; Assessor de Divulgação Cultural da Biblioteca Pública de Minas Gerais e Membro do Conselho Estadual de Cultura .

Foi nomeado pelo Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, Diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1975, tendo permanecido no cargo até 1987. Durante a sua gestão deu continuidade a publicação da Revista do Arquivo Público Mineiro, para a qual inaugura um novo padrão de capa em que cada ano é de uma determinada cor. Restabeleceu a série Publicações, sendo editado, em 1979, a *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (v. I), de Raimundo José da Cunha Matos e *História da Música das Irmandades de Vila Rica* (v. I), de Francisco Curt Lange; em 1981, *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República* (v. I e II), de Antônio Luiz de Bessa; *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (v. II), de Raimundo José da Cunha Matos e em 1985, *O Dicionário da Terra e da Gente de Minas*, de Waldemar de Almeida Barbosa. Entedia que a Revista e demais publicações eram a forma adequada e suficiente de divulgação da Instituição. Iniciou a microfilmagem da documentação manuscrita, entre as quais: os códices da Seção Colonial; das Câmaras Municipais de Caeté, Mariana, Ouro Preto e Paracatu, dos Registros Paroquiais e dos Periódicos de Minas Gerais. Implantou no nível artesanal, a restauração e encadernação de periódicos e de publicações da biblioteca. Enviou correspondências para diversos municípios mineiros solicitando a remessa para a Instituição de seus periódicos e publicações.

Firmou relevantes convênios com a Universidade Católica de MG/Departamento de História e com a Universidade Federal de MG/Departamento de História e Escola de Biblioteconomia que proporcionaram a realização de um trabalho pioneiro no País, numa integração Universidade/Administração Pública Estadual e que deram início à organização dos documentos avulsos do século XVIII e XIX.

À UCMG coube a organização dos livros referentes à Província e ao Estado, dos autógrafos de Leis Mineiras, dos documentos da Penitenciária de Neves, Ouro Preto e Uberaba (1919/1933), dos documentos que constituem os Relatórios Especiais de Delegados de Polícia e Promotores de Justiça além de pesquisas para levantamento do Poder Legislativo em Minas Gerais (1947/1975).

Pela UFMG, através do Departamento de História e sob a coordenação da Professora Norma de Góes Monteiro, foram organizados os Fundos: Câmara Municipal de Ouro Preto, Assembléia Provincial e Presidência da Província, com suas respectivas séries e subséries e agrupados em ordem cronológica e tipográfica.

É ainda na sua gestão que tem início a organização documental do arquivo privado de Arthur Bernardes.

Recebeu diversas condecorações e é autor de trabalhos sobre História, publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro e no Jornal Minas Gerais, além

de organizador do documentário sobre João Pinheiro, o número 1 da série Publicações, em 1966.

Entre os trabalhos publicados na Revista estão: Relação dos Chefes do Governo Mineiro e seus Secretários – 1894/dezembro de 1974; Relação dos Prefeitos de Belo Horizonte – 1897/1975; Relação dos Senadores Federais por Minas Gerais – 1890/1974 (estes dois últimos com co-autoria com Hélio Gravatá).

Transcreveu as Atas do Conselho da Província de Minas Gerais no período de 1825 a 1834, constantes dos livros 33 e 86 do APM, ainda não publicadas.

Augusto Elísio de Matos Chelotti
Período - 24/03/1987 a 29/09/1988
10º diretor

Nasceu em Belo Horizonte, MG, a 19 de novembro de 1943.

Bacharelou-se em Comunicação Social e Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e fez o curso de mestrado no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.

Trabalhou no Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na Petrobrás e na Rede Globo de Televisão.

Exerceu os cargos de Chefe de Relações Públicas e Imprensa na Empresa Mineira de Assistência Técnica de Minas Gerais – EMATER/MG e no Departamento de Divulgação do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE.

No governo de Newton Cardoso, foi nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro permanecendo neste cargo de março de 1987 a setembro de 1988.

Na sua gestão, buscou assessorar-se de uma jornalista, que se encarregou, de permanentemente, estar veiculando na imprensa notícias sobre o acervo.

Inaugurou a prática de mandar servidores fazer cursos no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e na USP, em São Paulo. Em 1987, quando Belo Horizonte completou 90 anos, buscou homenagear a cidade e ao mesmo tempo divulgar o acervo, realizando pela 1ª vez na história da Instituição, uma exposição, no Museu Mineiro, com documentos e fotos.

Homenageia o poeta Carlos Drummond de Andrade, lançando nesse mesmo ano, uma reedição ilustrada de suas crônicas, anteriormente, publicadas na Imprensa Mineira, entre 1930/34 e depois na Revista do APM, em 1984.

Estabelece um novo padrão para as capas de Revista, cria um conselho editorial e, dentro da própria Revista estabelece duas séries: uma denominada “Instrumentos”, para divulgação dos instrumentos de pesquisa, e a outra, “Histórias Gerais”, para divulgar trabalhos baseados no acervo documental do APM. O primeiro número, dentro dessa nova concepção, foi a da série Instrumentos, em 1988, lançado para comemorar os 93 anos da Instituição. É a Revista de nº XXVII, onde estão inventariadas as cartas de Sesmarias concedidas em Minas Gerais no período colonial e provincial. O outro número dessa série foi um Repertório de fontes sobre a escravidão, que viria a ser publicado em 1992, sob o nº XXIX. Nessa comemoração, homenageou ainda os ex-diretores da casa, inaugurando uma galeria de fotografias dos mesmos.

Em 1988, edita ainda o 1º Guia do Arquivo, onde o público pode se inteirar da documentação disponível para consulta e da história institucional.

Perseguindo ainda a idéia de divulgação do acervo, lança nesse mesmo ano, uma nova publicação denominada “Cadernos do Arquivo”, cujo tema do 1º número é a Escravidão em Minas Gerais, em comemoração ao centenário da abolição da escravatura, e, com o objetivo de dar subsídios ao professor do Ensino Fundamental da rede pública.

Dentro dessa mesma preocupação criou equipes para elaboração de projetos, dentre os quais estão: um Atlas Histórico e Geográfico de Minas Gerais e um Guia de Fontes para a História da Escravidão no Brasil. Esse último resultado de uma parceria da Secretaria de Estado da Cultura/APM/Arquivo Nacional/Unesco.

Assinou novos termos aditivos aos convênios, celebrados em 1984, através da Secretaria de Estado da Cultura / Arquivo público Mineiro com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Departamento de História/ e com a Universidade Federal de Minas Gerais - Departamento de História, para a

continuidade da organização dos documentos avulsos do período republicano e provincial.

Participou do Projeto da Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras (DIORA/PLANOR), fazendo o levantamento das obras raras de seu acervo bibliográfico.

No nível de reorganização interna, retomou a organização do acervo iconográfico e áudio visual; revitalizou o Laboratório de Encadernação e Restauração - LER; implantou o arquivo intermediário, realizando, inclusive, levantamento dos arquivos correntes nos órgãos públicos; recebeu do extinto Centro de Documentação Privada - CEDOP, o arquivo privado de Olegário Maciel; adquiriu uma leitora copiadora e incentivou os servidores a pesquisar e realizar trabalhos a partir do acervo.

Neide Pestana Thomasi
Período - 29/09/88 a 24/08/89
1¹º diretor

Nasceu em São Paulo, em 5 de janeiro de 1934, filha de José Pestana de Andrade e Julieta Dias da Silva.

Fez o curso secundário no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, em São Paulo.

Bacharelou-se em Letras Neolatinas pela Faculdade de Ciências e Letras Santa Maria, em Belo Horizonte.

Em 1958, mudou-se para Muriaé, onde lecionou Língua Portuguesa e Geografia durante oito anos. Nesse período, ajudou a fundar a Faculdade de Ciências e Letras Santa Marcelina, onde lecionou Língua Portuguesa e ajudou a fundar o jornal *Nova Geração*.

De volta a Belo Horizonte, lecionou Língua Portuguesa e Brasileira no Colégio Padre Machado (1966-1985), tendo atuado como Coordenadora Geral de Ensino e de área da Língua Portuguesa para o 2º grau.

Foi nomeada, pelo Governador Newton Cardoso, Assessora da Secretaria de Estado da Cultura em 1987, quando era Secretária de Estado da Cultura, Ângela Gutierrez.

Em outubro de 1988, por indicação de Aloísio Teixeira Garcia, Secretário de Estado da Educação, que respondia pela Secretaria de Estado da Cultura, foi nomeada Diretora do Arquivo Público Mineiro, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo.

No período em que assumiu a Diretoria do Arquivo, alguns trabalhos de pesquisa e de organização dos acervos não sofreram interrupção. Entre eles está a organização do arquivo privado de Arthur Bernardes e a seleção de documentos para compor um repertório de fontes sobre a Inconfidência Mineira, o Debate e a Propaganda Republicana na Imprensa de Minas Gerais. O primeiro, ainda está sob a forma de edição interna, porém, o Repertório de Fontes e o Debate estão editados nas Revistas de nº XXXVIII e XXXIX.

São desse período: a formulação dos projetos *o Movimento Liberal de 1842 em Minas*, *os Teares no Brasil* e *o início da organização do acervo fotográfico do arquivo privado de Arthur Bernardes*. Data desse período, ainda, o convênio firmado entre a Fundação Nacional Pró-leitura / Biblioteca Nacional / Secretaria de Cultura - APM, para microfilmagem dos periódicos brasileiros, e a suspensão do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Departamento de História e a Secretaria de Estado da Cultura - Arquivo Público Mineiro.

Em 1989, quando Fernando Soares Paz assume a Secretaria de Estado da Cultura, deixa a Diretoria do Arquivo, sendo nomeada Assessora Especial do seu Gabinete, onde ainda permanece.

Aquiles Mauro Mitraud de Castro Leite

Período - 24/08/89 a 07/01/95

12^o diretor

Nasceu em Belo Horizonte, a 31 de agosto de 1930.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da UFMG, em 1956.

Enquanto estudante, foi redator da página econômica do Diário Católico, em Belo Horizonte (1954-1955).

Professor de Elementos de Economia, na Academia de Comércio, em Belo Horizonte (1953-1958), e na Escola de Veterinária da Universidade Rural de Minas Gerais, onde ministrou o curso de Economia Rural (1954-1961). Foi também assistente de ensino e professor assistente das disciplinas Economia Rural e Administração Rural, na Escola de Veterinária e na Faculdade de Ciências da UFMG (1961-1977).

Foi membro da equipe técnica do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas (1952-1957), organizador e Chefe do Departamento de Estudos Econômicos da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais (1955-1956), membro da equipe de projeto, organização e implantação da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG.

Integrou a secretaria executiva do Conselho Estadual de Economia e Administração do Governo José Francisco Bias Fortes (1959-1961), ocupou o cargo de Assessor do Conselho Coordenador do Frigorífico Minas Gerais S.A. – FRIMISA, da Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG -. (1961).

Foi Assessor do Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais (1961-1964), Secretário executivo das Cooperativas de Cafeicultores de Minas Gerais (1964-1968); Diretor Executivo e Diretor Vice-Presidente da RURALPLAN S.A. PLANEJAMENTOS (1970-1975); fundador e dirigente do Escritório Técnico de Assessoria - ETA - (1975-1977); Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário - (1976-1978); Consultor do CEDATE do Ministério da Educação e Cultura (1982); Assessor do Secretário de Agricultura de Minas Gerais (1983-1987) e Diretor Administrativo da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (1987-1989).

No governo de Newton Cardoso, foi nomeado Diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1989, sendo reconduzido, em março de 1991, pelo Governador Hélio Garcia, ao mesmo cargo. Embora exonerado em 07 de janeiro de 1995, respondeu interinamente pelo cargo até o provimento definitivo em 10/02/95.

No período em que permaneceu à frente do Arquivo Público Mineiro foi elaborada a minuta de Decreto para criação do Sistema Estadual de Arquivos em Minas Gerais; redigida uma proposta para reorganização institucional do Arquivo e feitas solicitações para reparar o prédio da instituição, situado à Rua Aimorés. É firmado, também, um convênio de colaboração com a Fundação João Pinheiro para a organização do arquivo privado de João Pinheiro.

Foi durante a sua gestão que ocorreu a primeira tentativa de informatização dos instrumentos de pesquisa e do acervo bibliográfico. Foi ainda nesse período, que se deu o passo inicial para a avaliação de acervos, criando-se uma comissão composta de servidores da casa, que definiriam a linha do acervo bibliográfico, e a integração do Laboratório de Encadernação e Restauração – LER ao APM e é editado o novo Guia atualizado e revisto.

Norma de Góes Monteiro
Período – 10/ 02/1995 a 03/02/1999
13ª diretor

Professora e arquivista, nasceu em Maceió (AL), a 18 de março de 1936. Filha de Edgard de Góes Monteiro e Sophia de Góes Monteiro. Ainda na infância, veio para Minas Gerais com a família. cursou o primário na Escola 12 de Dezembro e o secundário nos Colégios Sion e São Paulo. Obteve o grau de bacharel em História em 1960 e Licenciatura em 1961, ambos pela UFMG. Fez o curso de Especialização em História de Portugal Moderno e Contemporâneo, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1969), ao mesmo tempo em que realizou estágios no Arquivo Ultramarino de Lisboa e no Arquivo Nacional de Lisboa. Obteve o título de Doutor em História, pela UFMG, em 1973. Além disso, em 1976 fez o Curso de Especialização em História Oral na Fundação Getúlio (1976), em nível de pós-graduação.

Lecionou várias disciplinas de História da UFMG e na PUC/MG. Participou de bancas examinadoras para concursos de professores na UFMG, bem como para apresentações de teses de mestrado do Departamento de Ciência Política da UFMG e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/CNPq. Foi membro da banca elaboradora de provas de História para vestibulares da UFMG, membro da Comissão de Recrutamento e Seleção de alunos de pós-graduação no Departamento de Ciência Política da UFMG e Diretora do Centro de Estudos Mineiros (FAFICH/UFMG), no período 1976/80. Foi membro de bancas examinadoras de teses de doutorado no Departamento de História da USP.

Na área da arquivística foi convidada para lecionar inúmeros cursos em alguns estados da Federação. Em 1988, foi designada pela Diretora Geral do Arquivo Nacional, para organizar e coordenar o 1º Curso de Arquivística, na Instituição, patrocinado pelo PNUD/UNESCO/Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Diretora da Divisão de Pesquisa e Acesso à Informação do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça de 11/07/85 a 15/03/89.

Regressando a Belo Horizonte, foi convidada pela então Secretária Municipal de Cultura, Profª Berenice Menegale, para criar e implantar o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, do qual foi a primeira Diretora no período de 20/08/91 a 31/01/94, bem como do Sistema Municipal de Arquivos Públicos e Privados.

No sentido de divulgar a Instituição Arquivo da Cidade, sugeriu a criação de um evento que veio a ser "Novos Registros".

Além de representante da área de História junto ao CNPq, no período 1978/81, planejou e coordenou vários projetos de pesquisa.

Representou ainda a CAPES, na área de História, como consultora ad-hoc nos cursos de pós-graduação.

Foi representante da América Latina junto ao Comitê de Formação Profissional do Conselho Internacional de Arquivos - CIA, no período de 1994/1998, proferiu conferências e palestras, abordando temas específicos

na área de História e também sobre assuntos relacionados à área de arquivologia, deu consultoria técnica na área arquivística em vários estados da Federação.

Participou de inúmeros congressos, simpósios e seminários no Brasil e no exterior, apresentando trabalhos nas áreas de História e Arquivologia.

Entre os vários trabalhos publicados, destacam-se: *Imigração e Colonização em Minas - 1889 1930*; *A Revolução de 1930: Vargas e sua luta pela hegemonia política em Minas*; *Idéias políticas de Arthur Bernardes*; *O Desafio dos Arquivos dos Estados Federalistas*"; *Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil*; *Publicação Oficial: definição, características e abrangência*; *Dicionário Biográfico de Minas Gerais -1889/1980 - (Coord.)*.

É possuidora de inúmeras comendas, sendo que em 1998, recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico no grau de Comendador.

Assumiu a Superintendência do Arquivo Público Mineiro, em 1995, dando início ao processo de modernização da Instituição com a finalidade de atender a função fundamental de preservar a memória da administração pública estadual, garantir a proteção dos direitos do cidadão e a pesquisa científica.

Elaborou um Plano Diretor para o período de 1995/99, que se transformou em um conjunto de programas que se desdobraram em diretrizes condizentes às implantações de ações estratégicas nas áreas de infra-estrutura, reorganização administrativa e de recursos humanos, memória e patrimônio, produção editorial, reflexão crítica à produção e difusão cultural.

Dos inúmeros projetos implementados e/ou realizados, destacam-se:

- Responsável pela criação do Conselho Estadual de Arquivos – CEA e do seu Regimento interno;
- Criação da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro - ACAPM;
- "Informação e Memória: Gestão e Preservação do Patrimônio Documental Público do Estado de Minas Gerais", onde se desenvolveu o Programa de Gestão de Documentos, resultando nas seguintes publicações em 1997: Manual de Redação Oficial, Plano de Classificação de Documentos por Assunto e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Mantenedoras da Administração Pública Estadual;
- Elaboração de atos legais visando a implementação da gestão documental nos órgãos da administração pública, tais como:
 - procedimentos para eliminação de documentos da Administração Pública do Estado;
 - procedimentos para entrada de acervos arquivísticos no Arquivo Público Mineiro;
 - normas e procedimentos pertinentes ao acervo do Arquivo Público Mineiro;
 - minuta dos Decretos de Gestão de Documentos e do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos.
 - definição da linha de acervo arquivístico e biblioteconômico do Arquivo Público Mineiro;
- criação do laboratório de conservação de documentos;
- ampliação da área de estocagem do Arquivo Público Mineiro ;

- definição da política e programa de preservação, conservação e restauração do acervo;
- Promoveu a restauração da casa-sede, realizada pelo IEPHA, e colaborou na definição do seu lay-out;
- aquisição de PC's e informatização dos serviços do APM;
- difusão educativa e cultural, através de intercâmbio entre o Arquivo Público Mineiro e escolas;
- vídeo institucional realizado pela TV Minas com a divulgação na mídia;
- entrega à Hemeroteca Pública de Minas Gerais de todos os periódicos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, e seus respectivos microfilmes.
- incentivou os servidores a participar de Congressos Arquivísticos inclusive apresentando trabalhos, tendo conseguido bolsas para servidores em cursos de especialização no exterior.

Publicações da Instituição

I – Revista do Arquivo Público Mineiro

Ano da Revista	Ano de Publicação	Diretor do APM
I	1896	José Pedro Xavier da Veiga
II	1897	José Pedro Xavier da Veiga
III	1898	José Pedro Xavier da Veiga
IV	1899	José Pedro Xavier da Veiga
V	1900	José Pedro Xavier da Veiga
VI	1901/1902	Antônio Augusto de Lima
VII	1902	Antônio Augusto de Lima
VIII	1903	Antônio Augusto de Lima
IX	1904	Antônio Augusto de Lima
X	1905	Antônio Augusto de Lima
XI	1907	Antônio Augusto de Lima
XII	1908	Antônio Augusto de Lima
XIII	1909	Antônio Augusto de Lima
XIV	1910	Antônio Augusto de Lima
XV	1910	Antônio Augusto de Lima
XVI	1911	Francisco Soares Peixoto de Moura
XVII	1913	Francisco Soares Peixoto de Moura
XVIII	1914	Francisco Soares Peixoto de Moura
XIX	1921	Theóphilo Feu de Carvalho
XX	1926	Mário Franzen de Lima

Ano da Revista	Ano de Publicação	Diretor do APM
XXI	1927	Aurélio Egídio dos Santos Pires
XXII	1928	Aurélio Egídio dos Santos Pires
XXIII	1930	Aurélio Egídio dos Santos Pires
XXIV	1933	Theóphilo Feu de Carvalho
XXV	1938	Arduíno Fontes Bolivar
XXVI	1975	Ivo Porto de Menezes
XXVII	1976	Francisco de Assis Andrade
XXVIII	1977	Francisco de Assis Andrade
XXIX	1978	Francisco de Assis Andrade
XXX	1979	Francisco de Assis Andrade
XXXI	1980	Francisco de Assis Andrade
XXXII	1981	Francisco de Assis Andrade
XXXIII	1982	Francisco de Assis Andrade
XXXIV	1983	Francisco de Assis Andrade
XXXV	1984	Francisco de Assis Andrade
XXXVI	1985	Francisco de Assis Andrade
XXXVII	1988	Augusto Elísio de Matos Chelotti
XXXVIII	1990	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
XXXIX	1992	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
XL	1995	Norma de Góes Monteiro

II – Publicações

Número/Título	Autor	Diretor
01 - João Pinheiro – Documentário sobre sua vida.	Francisco de Assis Barbosa	João Gomes Teixeira
02 - História da Música nas Irmandades de Vila Rica – V. I.	Francisco Curt Lange	Francisco de Assis Andrade
03 - Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. V. I, II.	Raimundo José da Cunha Matos	Francisco de Assis Andrade
04 - História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República. V.I, II.	Raimundo José da Cunha Matos	Francisco de Assis Andrade
05 - Dicionário da Terra e da Gente de Minas.	Waldemar de Almeida Barbosa	Francisco de Assis Andrade

III – Série: Cadernos do Arquivo

Número/Título	Autor	Diretor
01 - Escravidão em Minas Gerais	Alda Maria Palhares Campolina et al	Augusto Elísio de Matos Chelotti

IV – Outras Publicações

Título	Autor	Diretor
Regulamento do Arquivo		José Pedro Xavier da Veiga
Índice Geral da Revista do Arquivo público Mineiro – 1896/1913	Theóphilo Feu de Carvalho	Theóphilo Feu de Carvalho
Guia do Arquivo Público Mineiro		Augusto Elísio de Matos Chelotti
Crônicas de Belo Horizonte - 1930-1934	Carlos Drummond de Andrade	Augusto Elísio de Matos Chelotti
Índice da Revista do Arquivo público Mineiro - 1975/1988	Hélio Gravatá	Augusto Elísio de Matos Chelotti
Guia do Arquivo Público Mineiro	-	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite

Título	Autor	Diretor
Manual de Redação Oficial; Governo do Estado de Minas	-	Norma de Góes Monteiro
Plano de Classificação de documentos por assuntos	-	Norma de Góes Monteiro
Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Mantenedoras da Administração pública do Estado de Minas Gerais	-	Norma de Góes Monteiro

V – Edições fac-simile

Título	Autor	Diretor
Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte	Pe. Francisco Martins Dias	Norma de Góes Monteiro
Comissão Constructora da Nova Capital. v. I e II; Comissão D'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital.		Norma de Góes Monteiro

**MATÉRIAS SOBRE O
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

I – Publicadas na RAPM

- 1) Ano I, fascículo I, 1896.
 - Lei nº 126, de 11 de Julho de 1895;
 - Decreto nº 860, de 19 de Setembro de 1895;
 - Regulamento a que se refere o Decreto nº 860.
- 2) Ano VI, fascículo. I, II, 1901, 1902.
 - Esboço biográfico de José Pedro Xavier da Veiga (incluindo alguns poemas e doações ao APM)
 - Arquivo e Estatística do Estado de Minas Gerais (Lei nº 318, de 16/09/1901);
 - Índice alfabético e analítico das matérias publicadas na RAPM até 1901.
- 3) Ano XXI, fascículo I, 1927.
 - Arquivo Público Mineiro (Histórico, organização, fins, vantagens e pessoal);
- 4) Ano XXIV, v. I., 1933.
 - Correspondentes do Arquivo Público Mineiro – 1895/1933 (Homenagem póstuma)
- 5) Ano XXV, v. I., 1938.
 - Introdução (O Arquivo Público Mineiro e sua Revista).
- 6) Ano XXVII, 1976.
 - Relação dos Diretores do Arquivo Público Mineiro – de 1895 a 1975.

II - IEPHA/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais)

- 1) Processo de tombamento acompanhado de levantamento histórico.

III – Publicadas na Revista do IHG/MG (Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais)

- 1) Ano II, v.II, 1945
 - Cinquentenário do Arquivo público Mineiro. Discursos: Cel. Herculano I. d'Assunção, Geraldo D. de Moraes, Roberto de Vasconcelos e Dr. Oscar Bhering;
 - História do Arquivo Público Mineiro – Elmar G. de Queiroga.
- 2) Ano VIII, v. VIII, 1961
 - A infeliz casa de Xavier da Veiga – Eduardo Frieiro
- 3) Ano IX, v. IX, 1962

- Em defesa do Arquivo Público Mineiro (Notícia sem concessão de reestruturação)
- 4) Ano X, v. X, 1963
 - Incorporado ao Arquivo Público Mineiro importante documento português (Notícia)
 - 5) Ano XIII, v. XIII, 1967/1968
 - Arquivo Público Mineiro recebe novos documentos (Notícia)
 - 6) Ano XVIII, v. XVIII, 1981
 - Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e os correspondentes do Arquivo Público Mineiro.

FONTES DE REFERÊNCIA

FONTES DE REFERÊNCIA:

- Arquivo do Arquivo Público Mineiro
- MONTEIRO, Norma de Góes (Coord.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais* – período republicano – 1889/1991. Belo Horizonte. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, ano VI, fasc. I. 1901
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, ano XXVII, 1976
- GUIA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 1988
- GUIA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte. 1993
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 25/08/1895
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 01/02/1901
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 28/09/1910
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 05/11/1920
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 07/09/1922
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 12/01/1927
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 30/07/1929
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 15/04/1936
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 26 e 29/12/1936
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 15/09/1938
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 10/09/1946
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 19/03/1948
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 26/07/1949
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 03/09/1950
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 17/08/1952
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 25/05/1973
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 01/02/1974 e 10/12/1974
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 04/04/1975
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 07/05/1979 e 30/05/1979
- JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Imprensa Oficial. 14/06/1979 e 26/06/1979

ANEXOS

